



Universidade Federal do Piauí
Diretoria de Contabilidade e Finanças

RELATÓRIO CONTÁBIL

4º - Trimestre 2025

- Declaração do Contador;
- Demonstrações Contábeis;
- Notas Explicativas;

Equipe Técnica de Elaboração

Raimunda Virgínia Silva
Diretora de Contabilidade e Finanças

Renata Goncalves de Oliveira
Contadora Responsável

Joyce Elâny dos Santos Silva
Contadora Responsável Substituta

Janayna Gomes da Cunha
Chefe da Divisão de Execução Financeira

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
1. Informações Gerais.....	7
1.1 Natureza Jurídica da Entidade.....	7
1.2 Domicílio da Entidade.....	7
1.3 Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade.....	7
2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025.....	8
3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	9
3.1 Moeda funcional e saldos em moeda estrangeira.....	9
3.2 Caixa e equivalentes de caixa.....	9
3.3 Créditos a Curto Prazo.....	9
3.4 Estoques.....	10
3.5 Imobilizado.....	10
3.6 Intangíveis.....	10
3.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.....	10
3.8 Apuração do resultado.....	11
I - Resultado Patrimonial.....	11
II - Resultado Orçamentário.....	11
III - Resultado Financeiro.....	11
4. Demonstrações Contábeis do 2º Trimestre de 2025.....	13
4.1 Balanço Patrimonial.....	15
4.2 Demonstrações Das Variações Patrimoniais.....	17
4.3 Balanço Orçamentário.....	18
4.4 Balanço Financeiro.....	20
4.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	21
5. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis:.....	22
2º Trimestre de 2025.....	22
□ Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	23
□ Nota 2 – Demais Créditos a Curto Prazo.....	24
□ Nota 3 – Imobilizado.....	24
3.1 - Bens Móveis.....	25
3.2 - Bens Imóveis.....	25
□ Nota 4 - Ativo Intangível.....	27
□ Nota 5- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	28
□ Nota 6 - Provisões.....	29
□ Nota 7 – Patrimônio Líquido.....	29
□ Nota 8 - Resultado Patrimonial do Período.....	30
□ Nota 09 - Variações Patrimoniais Aumentativas.....	30
□ Nota 10 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....	31
□ Nota 11 – Resultado Orçamentário.....	32
□ Nota 12 – Receitas Orçamentárias.....	33
□ Nota 13 – Despesas Orçamentárias.....	33
□ Nota 14 - Restos a Pagar.....	34
□ Nota 15 - Ingressos.....	35
□ Nota 16 – Recebimentos Extraorçamentários.....	36
□ Nota 17 - Dispêndios.....	36

□ Nota 18 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais..... 37

□ Nota 19 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.....38

LISTA DE SIGLAS

SIPAC - Sistema Integrada de Patrimônio, Administração e Contratos

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

UFPI - Universidade Federal do Piauí

NBC/TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

BP - Balanço Patrimonial

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

BO- Balanço Orçamentário

BF - Balanço Financeiro

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

LOA - Lei Orçamentária Anual

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

MEC - Ministério da Educação

TED - Termo de Execução Descentralizada

CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

CIATEN - Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados

FADEX - Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	-	Caixa e Equivalentes de Caixa
Tabela 02	-	Demais Créditos a Curto Prazo
Tabela 03	-	Imobilizado
Tabela 04	-	Bens Móveis
Tabela 05	-	Bens Imóveis – Composição
Tabela 06	-	Bens de Uso Especial Composição
Tabela 07	-	Bens Imóveis em Andamento- Composição
Tabela 08	-	Ativo Intangível
Tabela 09	-	Fornecedores e Contas a pagar – Composição
Tabela 10	-	Fornecedores e Contas a pagar – Por UG Contratante
Tabela 11	-	Fornecedores e Contas a Pagar - Contratantes
Tabela 12	-	Patrimônio Líquido
Tabela 13	-	Resultado Patrimonial do Período
Tabela 14	-	Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas
Tabela 15	-	Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas
Tabela 16	-	Balanço Orçamentários
Tabela 17	-	Receitas Arrecadadas por Categorias Econômica
Tabela 18	-	Despesas por Categoria Econômica
Tabela 19	-	Restos a Pagar não Processados - inscritos e reinscritos
Tabela 20	-	Execução. Dos RPNP inscritos e reinscritos por Grupo de Despesas
Tabela 21	-	Total Ingressos
Tabela 22	-	Recebimentos Extraorçamentários
Tabela 23	-	Total dos Dispêndios
Tabela 24	-	Composição das Despesas Orçamentárias
Tabela 25	-	Atividades Operacionais - Composição dos Ingressos e Desembolsos

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Universidade Federal do Piauí – UFPI, órgão 26279, vinculada ao Ministério da Educação.

A presente declaração expressa a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, conforme estabelecido no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Manual SIAFI).

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, bem como suas respectivas Notas Explicativas – referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas e apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos a seguir descritos:

a) Ausência de reconhecimento da depreciação de bens móveis:

O Grupo Contábil 1.2.3.1.00.00.00 – Bens Móveis apresenta divergências entre os valores registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e aqueles constantes no Relatório de Movimentação de Bens Móveis do SIPAC, decorrentes, principalmente, das seguintes situações:

1. bens adquiridos desde a criação da UFPI, registrados originalmente em moedas extintas (cruzeiro, cruzado, cruzeiro real, entre outras), em razão de sucessivas migrações de sistemas patrimoniais;
2. bens já alienados, mas ainda pendentes de baixa no setor de patrimônio;
3. bens com baixa registrada apenas no sistema patrimonial (SIPAC), sem a correspondente atualização no SIAFI.

Essas inconsistências inviabilizam a conciliação patrimonial e o correto reconhecimento contábil da depreciação dos bens móveis, conforme preconiza o MCASP. Para a regularização da situação, a UFPI instaurou o Processo nº 23111.053016/2025-45, com o objetivo de contratar serviços especializados para a realização de inventário físico e reavaliação dos bens permanentes. O processo de inventário encontra-se em andamento, com previsão de finalização em março de 2026, quando será possível ajustar os saldos contábeis e reconhecer adequadamente a depreciação acumulada.

b) Diferenças entre os saldos do RMA e os valores apurados na conta de almoxarifado: O Relatório de Movimentação do Almoxarifado (RMA) apresenta inconsistências nos registros referentes ao período de janeiro a maio de 2025. Tais inconsistências impactam a conciliação contábil e a conformidade mensal dos registros, nos termos da Portaria STN nº 548/2015 e da Macrofunção SIAFI 021101.

A regularização da situação depende de ajustes nos registros a serem realizados pelo setor responsável, de modo a assegurar a fidedignidade dos saldos.

c) Permanência de saldos alongados em contas transitórias de obras em andamento:

Grupo Contábil 1.2.3.2.10.06.00 – Obras em Andamento -

Verifica-se a permanência de saldos alongados em contas transitórias referentes a obras em andamento, destacando-se:

- Hospital Universitário da UFPI, cuja construção foi registrada no período de 2007 a 2010;
- Obras em Andamento – Convênios, com registros efetuados em dezembro de 2021, destinados à ampliação das instalações do Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados (CIATEN), no âmbito do Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFPI).

Para a regularização e avaliação da situação dessas obras, tramitam os Processos nº 23111.002831/2024-50 e 23111.009500/2024-19, que visam verificar a efetiva conclusão ou continuidade das obras registradas como em andamento.

d) Ausência de reavaliação integral da classe de ativos Bens Imóveis de Uso Especial:

Grupo Contábil 1.2.3.2.1.01.00 – Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SPIUnet

Constata-se a ausência de reavaliação integral dos imóveis pertencentes à classe de ativos Bens Imóveis de Uso Especial, em desacordo com o disposto no MCASP, que estabelece que a reavaliação deve abranger toda a classe de ativos, evitando reavaliações seletivas. Atualmente, apenas 03 dos 13 imóveis registrados nessa conta foram reavaliados. O Processo nº 23111.009500/2024-19 encontra-se em andamento para análise e regularização dessa situação.

Declaro estar ciente das responsabilidades civis, administrativas e profissionais decorrentes das informações prestadas nesta declaração.

Teresina – PI, 31 de dezembro de 2025.

Renata Gonçalves de Oliveira

CRC nº 8.755/0-PI

Contadora-Geral da UFPI

1. Informações Gerais

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), registrada no e-MEC sob o código nº 5, é uma instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua criação foi autorizada como Fundação pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. Mantida pela União, a UFPI é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, conforme estabelece a Constituição Federal.

O organograma e o detalhamento das unidades que integram a Administração Superior e a Administração Acadêmica podem ser consultados no site oficial da UFPI, por meio do link: <https://www.ufpi.br/institucional-ufpi>.

1.2 Domicílio da Entidade

A UFPI possui sede e foro na capital do estado do Piauí, com seu campus principal localizado em Teresina (Campus Ministro Petrônio Portela). Adicionalmente, a Universidade mantém outros três campi em municípios estratégicos do estado: Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, código e-MEC nº 102559), Bom Jesus (Campus Professora Cinobelina Elvas, código e-MEC nº 1002562) e Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral, código e-MEC nº 1002561). Além disso, a UFPI atua em 48 polos de apoio presencial, sendo 46 localizados no Piauí e 2 na Bahia, marcando presença em quase todas as regiões do estado e abrangendo praticamente todas as áreas do conhecimento.

1.3 Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade

A comunidade universitária da UFPI é constituída por: docentes, discentes e servidores técnicos - administrativos unidos na realização do tripé: ensino, pesquisa e extensão em prol do alcance da missão e visão institucionais e alicerçados nos princípios e valores da instituição. Tem como missão promover educação superior de qualidade, com vistas na formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento nacional, regional e internacional. Seus valores estão pautados em:

- I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética preservação ao meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e extensão;
- III. Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;
- IV. Inclusão de um público historicamente colocado às margens das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V. Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União.

Além disso, estabelece como princípios:

- I. Autonomia Universitária;
- II. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- III. Pluralidade e democracia;
- IV. Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- V. Excelência;
- VI. Compromisso Social;
- VII. Valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis da UFPI são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP (aprovadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade): NBC TSP (Estrutura Conceitual e NBCs TSP nº 01 a 34)11; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (Macrofunções).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF) e;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte

Por sua vez, a Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três

grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

A divulgação das demonstrações contábeis e das notas explicativas representa um importante instrumento de transparência pública para os órgãos e entidades do Setor Público. Essa prática, exigida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir do Acórdão Plenário nº 2698/2016-P, está fundamentada no dever do Estado de prestar contas, promover a responsabilização (accountability) e subsidiar a tomada de decisões. No âmbito da UFPI as demonstrações contábeis são apresentadas na íntegra com suas respectivas notas explicativas no endereço: <https://ufpi.br/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas-diretoria-contabil-financeira>.

3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFPI tendo por base as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

3.1 Moeda funcional e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da União é o Real utilizada por todos os órgãos e unidades da administração pública federal direta e indireta. Na UPC/MEC não há moeda estrangeira. Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.05 - Conta Única do Tesouro Nacional.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (a) créditos não tributários; (b) transferências concedidas; (c) adiantamentos; e (d) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

3.4 Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

3.5 Imobilizado

De acordo com o MCASP, ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício). O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

3.6 Intangíveis

É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No âmbito da UFPI, a grande maioria dos intangíveis está relacionado a Softwares, de vida útil definida, Direitos e Patentes Industriais.

3.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O sistema SPIUnet realiza mensal e automaticamente o cálculo do valor depreciado dos bens imóveis pelo Método da Parábola de Kuentzle para determinar o valor depreciável dos imóveis cadastrados. O registro desse valor no SIAFI é conduzido pela CCONT/STN. A depreciação tem início no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

3.8 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA's) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD's) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial.

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFPI e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFPI, implicando em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP.

II - Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

III - Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro.

Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos

recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4. Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre de 2025

4.1 Balanço Patrimonial

ATIVO		2025	2024	PASSIVO		2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		107.857.502,75	79.758.019,68	PASSIVO CIRCULANTE		366.751.342,01	291.541.794,49
Caixa e Equivalentes de Caixa		92.913.893,27	70.480.721,93	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		71.017.264,98	54.093.877,54
Créditos a Curto Prazo		14.025.054,98	8.353.355,04	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.724.886,78	835.610,42
Créditos de Transferências a Receber				Obrigações Fiscais a Curto Prazo		611.891,87	10.513,18
Créditos de Transferências a Receber				Demais Obrigações a Curto Prazo		290.397.298,38	236.601.793,35
Demais Créditos e Valores		14.025.054,98	8.353.355,04	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		366.751.342,01	291.541.794,49
Demais Créditos e Valores		14.025.054,98	8.353.355,04	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Estoques a Curto Prazo		918.554,50	923.942,71	ESPECIFICAÇÃO		2.025,00	2.024,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.487.654.434,49	1.473.359.800,56	Demais Reservas		114.469.218,27	114.469.218,27
Ativo Realizável a Longo Prazo		119,22	119,22	Resultados Acumulados		1.114.291.376,96	1.147.106.807,48
Créditos a Longo Prazo		119,22	119,22	Resultado do Exercício		-14.563.834,92	-25.306.193,65
Demais Créditos e Valores		119,22	119,22	Resultados de Exercícios Anteriores		1.147.106.807,48	1.190.402.473,55
Demais Créditos e Valores		119,22	119,22	Ajustes de Exercícios Anteriores		-18.251.595,60	-17.989.472,42
Investimentos		12,00	12,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.228.760.595,23	1.261.576.025,75
Demais Investimentos Permanentes		12,00	12,00				
Demais Investimentos Permanentes		12,00	12,00				
Imobilizado		1.486.274.886,78	1.472.643.631,38				
Bens Móveis		235.822.921,22	230.628.427,62				
Bens Móveis		237.123.508,35	231.929.014,75				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-1.300.587,13	-1.300.587,13				
Bens Imóveis		1.250.451.965,56	1.242.015.203,76				
Bens Imóveis		1.253.790.243,28	1.244.548.118,89				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-3.338.277,72	-2.532.915,13				
Intangível		1.379.416,49	716.037,96				
Softwares		1.239.260,49	575.881,96				
Softwares		4.436.490,53	3.773.112,00				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-RS 3.197.230,04	-RS 3.197.230,04				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		RS 140.156,00	RS 140.156,00				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		RS 140.156,00	RS 140.156,00				
TOTAL DO ATIVO		RS 1.595.511.937,24	RS 1.553.117.820,24	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.595.511.937,24	1.553.117.820,24

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	92.913.893,27	70.480.721,93	PASSIVO FINANCEIRO	177.026.884,45	131.085.298,55
ATIVO PERMANENTE	1.502.598.043,97	1.482.637.098,31	PASSIVO PERMANENTE	238.474.763,55	203.345.159,46
			SALDO PATRIMONIAL	1.180.010.289,24	1.218.687.362,23

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	151.330.271,20	113.328.215,70	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	31.510.030,66	22.453.510,87
Atos Potenciais Ativos	151.330.271,20	113.328.215,70	Atos Potenciais Passivos	31.510.030,66	22.453.510,87
Garantias e Contragarantias Recebidas	6.375.870,30	6.375.870,30	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	144.743.793,70	106.741.738,20	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	4.555.729,18	4.580.729,18
Direitos Contratuais	210.607,18	210.607,18	Obrigações Contratuais	26.954.301,48	17.872.781,69
TOTAL	151.330.271,20	113.328.215,70	TOTAL	31.510.030,66	22.453.510,87

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-R\$ 77.163.874,41
Recursos Vinculados	-R\$ 6.949.116,77
Educação	-R\$ 806.283,25
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-R\$ 367.685,88
Dívida Pública	-R\$ 643.722,11
Fundos, Órgãos e Programas	-R\$ 5.131.425,53
TOTAL	-R\$ 84.112.991,18

4.2 Demonstrações Das Variações Patrimoniais

	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.223.999.181,00	1.056.223.668,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.965.323,85	5.162.785,41
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	6.965.323,85	5.162.785,41
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.280,79	13.760,29
Juros e Encargos de Mora	4.347,81	9.708,02
Variações Monetárias e Cambiais	932,97	4.052,26
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,01	0,01
Transferências e Delegações Recebidas	1.175.534.295,00	1.015.148.005,00
Transferências Intragovernamentais	1.165.916.788,00	1.015.074.119,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.617.506,64	73.885,63
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	39.801.477,78	34.176.250,65
Ganhos com Incorporação de Ativos	25.000,00	1.675.473,01
Ganhos com Desincorporação de Passivos	39.776.477,78	32.500.777,64
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.692.804,31	1.722.866,58
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.692.804,31	1.722.866,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.238.563.016,00	1.081.529.861,00
Pessoal e Encargos	673.569.990,10	582.342.431,00
Remuneração a Pessoal	521.264.536,90	449.715.682,10
Encargos Patronais	115.846.740,20	100.038.914,50
Benefícios a Pessoal	36.068.112,98	32.214.434,43
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	390.600,00	373.400,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	273.162.527,20	240.373.282,20
Aposentadorias e Reformas	221.184.551,00	192.062.607,80
Pensões	41.699.160,32	38.865.201,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.278.815,90	9.445.473,41
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	165.610.581,50	147.150.314,30
Uso de Material de Consumo	14.526.937,44	11.980.376,49
Serviços	150.278.281,40	134.058.043,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	805.362,59	1.111.894,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.362,23	8.769,76
Juros e Encargos de Mora	1.916,44	1.188,78
Descontos Financeiros Concedidos	4.445,79	7.580,98
Transferências e Delegações Concedidas	16.221.593,76	18.619.695,89
Transferências Intragovernamentais	16.107.727,72	18.532.946,63
Transferências a Instituições Privadas	113.866,04	86.749,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	74.910.731,87	60.709.300,46
Perdas Involuntárias	4.650,00	0,00
Incorporação de Passivos	74.906.081,87	53.320.980,84
Desincorporação de Ativos	0,00	7.388.319,62
Tributárias	3.035.509,21	2.884.512,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	51.129,92	6.518,70
Outras variações patrimoniais diminutivas	2.984.379,29	2.877.993,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	32.045.720,42	29.441.555,64
Incentivos	32.036.490,95	29.437.928,03
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.229,47	3.627,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-14.563.834,92	-25.306.193,65

4.3 Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.607.113,00	5.607.113,00	7.541.970,24	1.934.857,24
Receita Patrimonial	406.913,00	406.913,00	261.586,65	-145.326,35
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	406.913,00	406.913,00	261.586,64	-145.326,36
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,01	0,01
Receita de Serviços	5.061.733,00	5.061.733,00	6.608.814,89	1.547.081,89
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.031.216,00	5.031.216,00	6.551.870,89	1.520.654,89
Outros Serviços	30.517,00	30.517,00	56.944,00	26.427,00
Outras Receitas Correntes	138.467,00	138.467,00	671.568,70	533.101,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	128.456,00	128.456,00	278.942,70	150.486,70
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.011,00	10.011,00	392.626,00	382.615,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	5.607.113,00	5.607.113,00	7.541.970,24	1.934.857,24
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.607.113,00	5.607.113,00	7.541.970,24	1.934.857,24
DÉFICIT			1.175.892.135,35	1.175.892.135,35
TOTAL	5.607.113,00	5.607.113,00	1.183.434.105,59	1.177.826.992,59
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	0,00	137.877.802,00	-	-137.877.802,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	970.408.004,00	1.108.153.401,00	1.170.060.657,95	1.134.746.939,16	1.014.319.125,78	-61.907.256,95
Pessoal e Encargos Sociais	793.596.598,00	922.915.656,00	918.209.168,57	918.209.168,57	810.273.061,49	4.706.487,43
Outras Despesas Correntes	176.811.406,00	185.237.745,00	251.851.489,38	216.537.770,59	204.046.064,29	-66.613.744,38
DESPESAS DE CAPITAL	5.542.140,00	5.674.545,00	13.373.447,64	3.510.947,65	3.486.835,95	-7.698.902,64
Investimentos	5.542.140,00	5.674.545,00	13.373.447,64	3.510.947,65	3.486.835,95	-7.698.902,64
SUBTOTAL DAS DESPESAS	975.950.144,00	1.113.827.946,00	1.183.434.105,59	1.138.257.886,81	1.017.805.961,73	-69.606.159,59
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	975.950.144,00	1.113.827.946,00	1.183.434.105,59	1.138.257.886,81	1.017.805.961,73	-69.606.159,59
TOTAL	975.950.144,00	1.113.827.946,00	1.183.434.105,59	1.138.257.886,81	1.017.805.961,73	-69.606.159,59

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.797.213,24	37.053.978,69	36.105.802,66	36.088.540,34	1.456.496,77	3.306.154,82
Outras Despesas Correntes	3.797.213,24	37.053.978,69	36.105.802,66	36.088.540,34	1.456.496,77	3.306.154,82
DESPESAS DE CAPITAL	277.511,59	2.044.718,03	1.976.192,23	1.976.192,23	2.103,90	343.933,49
Investimentos	277.511,59	2.044.718,03	1.976.192,23	1.976.192,23	2.103,90	343.933,49
TOTAL	4.074.724,83	39.098.696,72	38.081.994,89	38.064.732,57	1.458.600,67	3.650.088,31

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS
LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	15.027,85	87.865.016,54	87.850.138,02		29.906,37
Pessoal e Encargos Sociais		80.483.399,74	80.483.399,74		
Outras Despesas Correntes	15.027,85	7.381.616,80	7.366.738,28		29.906,37
DESPESAS DE CAPITAL		19.146,92	19.146,92		
Investimentos		19.146,92	19.146,92		
TOTAL	15.027,85	87.884.163,46	87.869.284,94		29.906,37

4.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2.025,00	2.024,00	ESPECIFICAÇÃO	2.025,00	2.024,00
Receitas Orçamentárias	7.541.970,24	5.572.236,62	Despesas Orçamentárias	1.183.434.105,59	1.010.630.894,60
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	918.877.367,99	745.452.859,68
Recursos Vinculados	7.794.229,14	5.583.143,97	Recursos Vinculados	264.556.737,60	265.178.034,92
Educação	150.151,81	222.296,14	Educação	887.175,55	24.427.493,07
Seguridade Social (Exceto Previdência)		149,51	Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.593.942,49	4.384.729,22
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	244.136.894,06	231.116.060,20
Fundos, Órgãos e Programas	7.644.077,33	5.357.861,95	Fundos, Órgãos e Programas	12.938.725,50	5.249.752,43
Transferências Financeiras Recebidas	1.165.916.787,89	1.015.074.119,27	Transferências Financeiras Concedidas	16.107.727,72	18.532.946,63
Resultantes da Execução Orçamentária	1.105.899.605,06	962.743.382,06	Resultantes da Execução Orçamentária	14.562.668,01	15.508.138,61
Repasso Recebido	1.091.421.155,45	947.446.207,22	Repasso Concedido	59.207,44	210.963,77
Sub-repasso Recebido	14.478.449,61	15.297.174,84	Sub-repasso Concedido	14.478.449,61	15.297.174,84
Independentes da Execução Orçamentária	60.017.182,83	52.330.737,21	Repasso Devolvido	25.010,96	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	32.798.113,64	41.098.628,23	Independentes da Execução Orçamentária	1.545.059,71	3.024.808,02
Movimentação de Saldos Patrimoniais	27.219.069,19	11.232.108,98	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	45.655,46	1.485.473,01
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas		956,94
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.499.404,25	1.538.378,07
Recebimentos Extraorçamentários	175.534.579,22	128.849.304,59	Pagamentos Extraorçamentários	127.018.332,70	123.757.237,72
Inscrição de Restos a Pagar Processados	120.451.925,08	87.850.387,86	Pagamento de Restos a Pagar Processados	87.869.284,94	80.371.105,33
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	45.176.218,78	39.098.696,72	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	38.064.732,57	42.803.287,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.790.375,41	584.624,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.084.315,19	575.618,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.116.059,95	1.315.595,36	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	7.225,55
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		52,94	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		52,94
Arrecadação de Outra Unidade	1.116.059,95	1.315.542,42	Demais Pagamentos		7.172,61
Saldo do Exercício Anterior	70.480.721,93	73.906.140,40	Saldo para o Exercício Seguinte	92.913.893,27	70.480.721,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.480.721,93	73.906.140,40	Caixa e Equivalentes de Caixa	92.913.893,27	70.480.721,93
TOTAL	1.419.474.059,28	1.223.401.800,88	TOTAL	1.419.474.059,28	1.223.401.800,88

4.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27.915.346,44	3.409.723,26
INGRESSOS OPERACIONAIS	1.183.365.193,49	1.022.546.575,90
Receita Patrimonial	261.586,65	273.486,00
Receita de Serviços	6.608.814,89	4.882.402,93
Remuneração das Disponibilidades	-	0,01
Outras Receitas Derivadas e Originárias	671.568,70	416.347,68
Outros Ingressos Operacionais	1.175.823.223,25	1.016.974.339,28
Ingressos Extraorçamentários	8.790.375,41	584.624,65
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		52,94
Transferências Financeiras Recebidas	1.165.916.787,89	1.015.074.119,27
Arrecadação de Outra Unidade	1.116.059,95	1.315.542,42
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.155.449.847,05	-1.019.136.852,64
Pessoal e Demais Despesas	-1.030.828.927,23	-899.484.100,48
Administração	-3.242.932,16	-8.250.000,00
Assistência Social	-3.940.694,67	-
Previdência Social	-261.382.546,74	-234.487.495,68
Saúde	-5.985.847,19	-8.982.454,44
Educação	-749.987.517,01	-646.231.441,32
Direitos da Cidadania	-503.214,08	-
Ciência e Tecnologia	-3.200.000,00	-200.000,00
Comércio e Serviços	-2.000.000,00	-
Desporto e Lazer	-495.625,38	-1.248.396,10
Encargos Especiais	-90.550,00	-84.260,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-52,94
Transferências Concedidas	-107.428.876,91	-100.537.013,96
Intragovernamentais Concedidas	-107.315.010,87	-100.446.264,70
Outras Transferências Concedidas	-113.866,04	-90.749,26
Outros Desembolsos Operacionais	-17.192.042,91	-19.115.738,20
Dispêndios Extraorçamentários	-1.084.315,19	-575.618,96
Transferências Financeiras Concedidas	-16.107.727,72	-18.532.946,63
Demais Pagamentos		-7.172,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.482.175,10	-6.835.141,73
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-5.482.175,10	-6.835.141,73
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.818.836,57	-6.835.141,73
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.663.338,53	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.433.171,34	-3.425.418,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	70.480.721,93	73.906.140,40
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	92.913.893,27	70.480.721,93

5. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis:

4º Trimestre de 2025

5.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2025 em relação ao exercício anterior.

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa compreende os valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional, em outros bancos públicos, bem como recursos que possuem livre movimentação e aplicação imediata nas operações da entidade, sem restrições de uso.

A tabela 01 evidencia que o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 92.913.893,27 ao final do 4º trimestre de 2025, representando acréscimo de 31,83 % em relação ao exercício encerrado em dezembro de 2024.

A análise vertical (AV) demonstra que o subgrupo “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento – Ordem P” mantém a maior representatividade, correspondendo a 76,86% do total, seguido pelas contas de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (14,83%) e Garantias Contratuais (8,31%).

A "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem P" apresentou variação negativa de 15,44% no período. Essa conta reflete pagamentos realizados, mas ainda pendentes da emissão da ordem bancária para efetivação do saque.

No encerramento do 4º trimestre de 2025, destaca-se ainda o ingresso de R\$ 7.717.138,56 na subconta de Garantias Contratuais, vinculadas à execução de contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Esses valores estão depositados em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, conforme previsto no art. 18, § 1º, I, da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MP.

A Conta-Depósito Vinculada tem como finalidade garantir a disponibilidade de recursos para o pagamento de encargos trabalhistas devidos aos empregados das empresas terceirizadas contratadas. Os depósitos nessa conta constituem provisão para o pagamento de 13º salário, férias acrescidas de 1/3 constitucional, multa rescisória sobre o FGTS, contribuição social para rescisões sem justa causa e os encargos incidentes sobre esses direitos. Apesar de comporem o grupo de equivalentes de caixa, esses recursos possuem restrição de uso e são classificados como recursos vinculados, conforme as normas contábeis aplicáveis ao setor público.

Tabela 01: Caixa e Equivalente Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Aplicação Financeira	1,83	1,82	0,55	0,00
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	13.778.820,99	8.615.191,63	59,94	14,83
Limite de Saque C/ Vinculação de Pagto - Ordem P	71.417.931,89	61.865.528,48	15,44	76,86
Garantias	7.717.138,56	0,00	0,00	8,31
Total	92.913.893,27	70.480.721,93	31,83	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 2 – Demais Créditos a Curto Prazo

A conta "Demais Créditos a Curto Prazo" compreende os valores registrados nas contas de adiantamento a pessoal, valores a receber por cessão de pessoal, adiantamentos de Termo de Execução Descentralizada (TED) e suprimentos de fundos concedidos, correspondendo a direitos a curto prazo da entidade.

A Tabela 02 demonstra que no encerramento do 4º trimestre de 2025, houve uma variação de 67,90% no saldo do grupo em relação ao 4º trimestre de 2024. As contas mais expressivas no último trimestre de 2025 foram, respectivamente: "Adiantamento de Férias e 13º Salário" com 77,39% do total, seguida de Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada (12,41%) e Crédito a Receber por Cessão de Pessoal (5,20%).

O crescimento significativo da conta “Adiantamento de Férias e 13º Salário”, com variação de 78,80%, está relacionado ao reconhecimento antecipado dos valores referentes às obrigações trabalhistas de final de exercício, prática normal na dinâmica da execução da folha de pagamento no setor público federal. Esses valores serão apropriados como despesa de acordo com o princípio da competência, conforme o período de ocorrência do respectivo fato gerador.

Destaca-se, ainda, que a conta “Crédito a Receber por Cessão de Pessoal” apresentou um aumento expressivo de 172,33% em relação a dezembro de 2024, em decorrência da ampliação das cessões de pessoal ocorridas ao longo do exercício de 2025, bem como do reconhecimento contábil dos respectivos créditos a receber, os quais se concentram majoritariamente nos últimos meses do exercício (novembro e dezembro), com previsão de realização no início do exercício subsequente.

Tabela 02: Demais Créditos a Curto Prazo

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Adiantamento de Férias e 13º Salário	10.854.086,44	6.070.400,22	78,80	77,39
Salários e Ordenados	729.558,54	310.093,49	135,27	5,20
Adiantamento concedido	0,00	0,00	0,00	0,00
Credito a Receber por cessão de Pessoal	700.936,99	257.388,32	172,33	5,00
Adiantamento -Termo de Execução Descentralizada	1.740.473,01	1.715.473,01	1,46	12,41
Total	14.025.054,98	8.353.355,04	67,90	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 3 – Imobilizado

O grupo do ativo imobilizado da Universidade Federal do Piauí (UFPI) é composto por bens móveis e imóveis utilizados no exercício das funções institucionais, compreendendo atividades acadêmicas, administrativas e operacionais. Os bens são reconhecidos pelo custo de aquisição, construção ou produção, conforme estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão, quando apresentarem vida útil definida, e também à reavaliação ou redução ao valor recuperável, desde que os critérios legais sejam atendidos. Ao final do 4º trimestre de 2025, o total imobilizado da UFPI atingiu o montante de R\$1,486 bilhão, apresentando variação positiva de 0,93% em relação ao encerramento do exercício de 2024 (Tabela 03). Essa elevação decorre, principalmente, do crescimento no grupo de bens móveis (2,25%), enquanto os bens imóveis apresentaram leve acréscimo (0,68%), impactados pela atualização da depreciação acumulada.

Tabela 03: Imobilizado

	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Bens Móveis	235.822.921,22	230.628.427,62	2,25	15,87
(+) Valor Bruto Contábil	237.123.508,35	231.929.014,75	2,24	15,95
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum de Bens	(1.300.587,13)	(1.300.587,13)	0,00	-0,09
Bens Imóveis	1.250.451.965,56	1.242.015.203,76	0,68	84,13
(+) Valor Bruto Contábil	1.253.790.243,28	1.244.548.118,89	0,74	84,36
(-) Depr/Amortização/Exaustão Acum de Bens	-3.338.277,72	(2.532.915,13)	31,80	-0,22
Total	1.486.274.886,78	1.472.643.631,38	0,93	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

3.1 - Bens Móveis

Os bens móveis da UFPI atingiram o valor líquido contábil de R\$233.9 milhões no 4º trimestre de 2025, representando uma variação positiva de 1,44% em relação ao último trimestre do ano anterior. As contas que mais contribuíram para esse resultado foram: “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” (42,25%) e “Móveis e Utensílios” (24,43%), conforme evidenciado na Tabela 04.

Apesar da evolução patrimonial, não houve atualização no valor da depreciação acumulada dos bens móveis que permaneceu inalterado em R\$ -1,3 milhão. Essa ausência decorre de inconsistências no processo de conciliação entre o sistema patrimonial (SIPAC) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), dificultando o correto reconhecimento da depreciação conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Entre os principais fatores dessas inconsistências destacam-se: divergências oriundas da migração entre sistemas, existência de bens alienados ainda não baixados no setor de patrimônio e registros de baixas realizadas apenas no SIPAC. Com vistas à regularização dessa situação, a UFPI instaurou o Processo nº 23111.053016/2025-45, com o objetivo de contratar serviços especializados para a realização de inventário físico e reavaliação dos bens permanentes. O processo de inventário encontra-se em andamento, com previsão de finalização em março de 2026, a partir do qual será possível ajustar os saldos contábeis e reconhecer adequadamente a depreciação acumulada.

Tabela 04: Bens Móveis

Bens Móveis – Composição	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	98.847.216,46	98.513.980,54	0,34	42,25
Bens de Informática	50.406.663,95	50.353.057,66	0,11	21,55
Móveis e Utensílios	57.161.567,02	57.002.432,42	0,28	24,43
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.127.171,98	13.106.234,24	0,16	5,61
Veículos	10.327.864,39	10.327.848,39	0,00	4,41
Bens Móveis em Andamento	600.000,00	600.000,00	0,00	0,26
Bens Móveis em Almoxarifado	2.760.869,95		0,00	1,18
Demais Bens Móveis	2.025.461,50	2.025.461,50	0,00	0,87
Depreciação / Amortização Acumulada	-1.300.587,13	-1.300.587,13	0,00	-0,56
Total	233.956.228,12	230.628.427,62	1,44	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

3.2 - Bens Imóveis

No 4º trimestre de 2025, os Bens Imóveis da Universidade Federal do Piauí (UFPI) totalizaram R\$ 1,250 bilhão, líquidos de depreciação e compostos por Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet, Bens Imóveis em Andamento e Instalações, conforme detalhamento apresentado na Tabela 05.

A análise vertical da composição patrimonial revelou que 95,68% do total de bens imóveis são representados por Bens de Uso Especial, enquanto 4,59% correspondem a Bens em Andamento. As Instalações permanecem com saldo nulo. A depreciação acumulada representa uma participação negativa de 0,27%.

Já a análise horizontal demonstrou uma variação positiva de 0,68% no total dos Bens Imóveis, quando comparado ao saldo registrado em dezembro de 2024, resultado da apropriação da depreciação do período.

Tabela 05: Bens Imóveis – Composição

	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	1.196.433.804,33	1.196.433.804,33	0,00	95,68
Bens Imóveis em Andamento	57.356.438,95	48.114.314,56	19,21	4,59
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(3.338.277,72)	(2.532.915,13)	31,80	-0,27
Total	1.250.451.965,56	1.242.015.203,76	0,68	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Os Bens Imóveis de Uso Especial são destinados exclusivamente às atividades-fim da instituição pública, garantindo a operacionalização adequada das funções acadêmicas, administrativas e institucionais da UFPI. No encerramento do 4º trimestre de 2025, essa categoria manteve estabilidade em relação ao encerramento do exercício de 2024, conforme evidenciado na Tabela 06.

A composição interna desse grupo demonstra forte concentração em Imóveis de Uso Educacional, que representaram 99,22% do total, seguidos por terrenos, edifícios e outras estruturas específicas.

Tabela 06: Bens de Uso Especial - Composição

	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Terrenos, Glebas	3.690.775,42	3.690.775,42	0,00	0,31
Imóveis de Uso Educacional	1.187.088.096,24	1.187.088.096,24	0,00	99,22
Edifícios	4.083.877,35	4.083.877,35	0,00	0,34
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.571.055,32	1.571.055,32	0,00	0,13
Total	1.196.433.804,33	1.196.433.804,33	0,00	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

O grupo de Bens Imóveis em Andamento é composto por obras em execução da UFPI, inclusive aquelas relacionadas a convênios. Em dezembro de 2025, esse grupo apresentou um aumento de 19,21%, totalizando R\$57,356 milhões. Esse acréscimo decorre, principalmente, da transferência de saldos de obras em andamento, conforme registrado no Processo SEI nº 25000.055868/2022-91.

Destaca-se que 76,53% desse montante, o equivalente a R\$43,8 milhões, refere-se a construções vinculadas ao Hospital Universitário da UFPI. Considerando o tempo decorrido desde a última avaliação desses bens no SPIUnet, e em conformidade com o Art. 8º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, será necessária a produção de novo laudo técnico pelo setor competente para possibilitar eventual baixa ou reavaliação dos ativos. A Gerência Contábil aguarda essa documentação para dar continuidade ao processo de regularização.

Tabela 07: Bens Imóveis em Andamento- Composição

Nº	Inscrição Genérica	Inscrição Genérica CCor	Dez/2025	dez./2024	AH (%)	AV (%)
1	IMUFPI069	Adaptação do Prédio Do Biotério	149.232,73	149.232,73	0,00%	0,26%
2	IMUFPI066	Reforma do Centro de Convivência	2.010.910,34	2.010.910,34	0,00%	3,51%
3		Hospital Universitário da UFPI	43.893.351,47	43.893.351,47	0,00%	76,53%
4	IMUFPI074	Construção de Subestação de Entrada e Adequação de Rede de Tensão Da Ufpi - Campus Ministro Petrônio Portela	846.426,30	846.426,30	0,00%	1,48%
5	IMUFPI076	Reforma das salas do almoxarifado	214.393,72	214.393,72	0,00%	0,37%
6		Convênio - FADEX	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00%	1,74%
7	IM1012022	Radioterapia Hosp.Universitário	9.242.124,39	0,00	0,00%	16,11%
Total			57.356.438,95	48.114.314,56	19,21%	100

Fonte: SIAFI 2025, 2024

As obras em andamento do item 6 da Tabela 07 são vinculadas ao convênio entre a UFPI e a FADEX com vistas à ampliação das instalações do projeto CIATEN, no Centro de Ciências da Saúde. Entretanto, a execução da obra encontra-se paralisada, conforme processo 23111.002831/2024-50.

Importante destacar que a obra nº 01 (Reforma e Adaptação do Prédio do Biotério para o Programa de Pós-Graduação em Direito), também foi descontinuada e o motivo, nesse caso, foi devido ao abandono por parte da construtora. Está em andamento o processo 23111.010253/2023-61, que visa a nova licitação para retomar sua execução.

□ Nota 4 - Ativo Intangível

O Ativo Intangível, conforme o MCASP é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial em serviços. Sua definição é, pois, um dos critérios essenciais para seu reconhecimento pela entidade bem como o atendimento aos seguintes critérios: for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados e atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade e que seu custo ou valor original possa ser passível de mensuração.

Na UFPI, o ativo intangível está relacionado quase em sua totalidade a softwares adquiridos externamente, classificados em software com Vida Útil Definida e software com Vida Útil Indefinida. A classificação desses intangíveis leva-se em consideração fatores que venham a formar essa vida útil, como: duração, volume de produção ou fatores que se assemelham, e ainda quando, em conformidade com a análise de fatores relevantes, não há um limite previsível para o período no qual este ativo deverá gerar fluxos de caixa positivos, ou fornecer serviços para a entidade.

No 4º trimestre de 2025, a UFPI apresentou um saldo bruto contábil de R\$1,379 milhão no Ativo Intangível, conforme composição demonstrada na tabela 08. Desse total, 84,35% é composto de software de vida útil definida que se encontra totalmente amortizado. Conforme as normas contábeis aplicáveis, é necessário avaliar esses ativos, considerando os seguintes aspectos:

- Capacidade de gerar benefícios econômicos futuros: Verificar se os softwares, mesmo após o término de sua vida útil, ainda estão em condições de uso e podem continuar a gerar benefícios para a UFPI.
- Possibilidade de alienação: Avaliar se há perspectivas de venda ou descarte desses ativos.

No entanto, até o momento, a Gerência Contábil não realizou os lançamentos contábeis para a baixa ou alienação desses bens, devido a falta de análise e pareceres técnicos por parte do setor responsável.

Tabela 08: Ativo Intangível

	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	3.860.608,53	3.197.230,00	20,75	84,35
Software com Vida Útil Indefinida	575.882,00	575.882,00	0,00	12,58
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	140.156,00	140.156,00	0,00	3,06
Total	4.576.646,53	3.913.268,00	16,95	100,00
Amortização Acumulada	(3.197.230,04)	(3.197.230,04)	0,00	-69,86
Total	R\$ 1.379.416,49	R\$ 716.037,96	92,65	30,14

Fonte: SIAFI 2025, 2024

No Intangível, destaca-se ainda o item “Software com vida Útil indefinida” que representa 12,58% do total do grupo (TABELA 08). O Software com maior relevância nesse grupo foi adquirido em 2018 para o projeto de videomonitoramento da UFPI e seu valor é de R\$135.278,00. Devido à sua classificação como ativo de vida útil indefinida, esse software não está sujeito a amortização periódica. Contudo, as normas contábeis exigem revisões periódicas para avaliar se as condições do ativo ainda justificam essa classificação, se o mesmo continua a gerar benefícios futuros e se mantém características que sustentam sua vida útil indefinida. Até o momento, não foi possível realizar os lançamentos contábeis necessários para a revisão da vida útil desse ativo, devido à ausência de um laudo técnico, que deve ser elaborado pelo setor competente.

Nota 5- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao término do 4º trimestre de 2025, a UFPI apresentou um saldo de R\$ 4,724 milhões relacionados a “Fornecedores e Contas a Pagar”, sendo sua totalidade referente a obrigações nacionais de curto prazo que apresentaram uma variação positiva 465,44% quando comparado ao último trimestre de 2024 (TABELA 09). Esta variação expressiva se justifica predominantemente em razão de que ao final do exercício financeiro anterior houve um volume menor de apropriações pendentes de repasse de recurso para pagamento.

Tabela 09 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Fornecedores e Contas a Pagar	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Curto Prazo	4.724.886,78	835.610,42	465,44	100,00
Nacionais	4.724.886,78	835.610,42	465,44	100,00
Estrangeiros	-	-	0,00	0,00
Total	4.724.886,78	835.610,42	465,44	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Destaca-se ainda que a Unidade Gestora Matriz (154048) foi responsável por 100,00% das obrigações em “Fornecedores e Contas a Pagar”, uma vez que centralizou a execução orçamentária do Órgão, conforme demonstra a tabela 10.

Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por UG Contratante

Unidade Gestora	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
150237 Hospital Universitário da UFPI	0,00	0,00	0,00	0,00
154048 Fundação Universidade Federal do Piauí	8.415.635,42	835.610,42	907,12	100,00
Total	8.415.635,42	835.610,42	907,12	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

A relação dos fornecedores com os seus respectivos saldos mais expressivos ao final do 4º trimestre de 2025 estão elencados na Tabela 11. As apropriações que têm como credor o fornecedor A representam 94,90% do total a ser pago até o último dia útil do exercício e se referem a recursos liquidados provenientes de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendentes de recurso financeiro para a efetivação do pagamento.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Contratantes

	CNPJ Fornecedor	Nome do Fornecedor	Valor	AH
A	07501328000130	Fundacao Cultural E De Fomento A Pesquisa, Ensino, Exte	R\$ 4.484.061,75	94,90
B	22561863000170	Multpar Servicos De Construcao Ltda	R\$ 138.099,27	2,92
C	09019150000111	Atd Locacao Ltda	R\$ 57.063,57	1,21
D	03325436000149	Maranata Prestadora De Servicos E Construcoes Ltda	R\$ 17.208,30	0,36
E	03756971000154	Fp Comercio De Gas Ltda	R\$ 11.347,52	0,24
F	19152814000170	Nacional Servicos Integrados Ltda	R\$ 6.694,57	0,14
G	Demais Fornecedores	Demais Fornecedores	R\$ 10.411,80	0,22
Total			R\$ 4.724.886,78	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 6 - Provisões

As provisões constituem-se por passivos de valores ou prazos incertos. Ao indicarem a possibilidade futura de saída de recursos devem ser registradas e constar em notas explicativas. Até o final do 4º trimestre de 2025 não haviam sido registradas obrigações relacionadas a provisões contingentes no Órgão 26279 – Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Nota 7 – Patrimônio Líquido

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª edição, a situação patrimonial líquida é representada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Essa situação patrimonial pode ser um montante positivo ou negativo.

A Tabela 12 evidencia que, no 4º trimestre de 2025, o patrimônio líquido apresentou uma redução de 2,60% em relação ao 4º trimestre de 2024. Esta variação reflete, principalmente, a queda de 3,64% na conta de resultados de Exercícios Anteriores, que representam 93,35% do patrimônio líquido do Órgão.

Destaca-se ainda que a conta “Reavaliação de Bens Imóveis” não apresentou variação no 4º trimestre de 2025, mantendo o saldo de R\$114.469.218,27, o que equivale a 9,32% do patrimônio líquido. Esse valor refere-se ao lançamento realizado no exercício anterior, com base em laudos de avaliação técnica, conforme preconizam as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

Segundo essas normas, os aumentos decorrentes de reavaliação de ativos devem ser registrados em reserva de reavaliação, sem transitar pelo resultado do exercício. Dessa forma, os bens reavaliados foram registrados na conta “Reavaliação de Bens Imóveis” e incorporados ao ativo imobilizado da entidade, com os devidos registros no SPIUnet.

Importante destacar que a reavaliação realizada abrangeu apenas uma parte dos imóveis da UFPI. Contudo, conforme estabelece a NBCT SP 07, a reavaliação deve ser aplicada a uma classe inteira de ativos, não sendo permitida sua adoção de forma seletiva. Sendo assim, a UFPI está ciente da necessidade de expandir a reavaliação dos demais imóveis, a fim de garantir a fidedignidade das informações patrimoniais.

Tabela 12– Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido	Dez/2025	Dez/2024	AH%	AV%
Reavaliação de Bens Imóveis	114.469.218,27	114.469.218,27	0,00	9,32
Resultados Acumulados	1.114.291.376,96	1.147.106.807,48	-2,86	90,68
Resultado do Exercício	-14.563.834,92	-25.306.193,65	-42,45	-1,19
Resultados de Exercícios Anteriores	1.147.106.807,48	1.190.402.473,55	-3,64	93,35
Ajustes de Exercícios Anteriores	-18.251.595,60	-17.989.472,42	1,46	-1,49
Total	1.228.760.595,23	1.261.576.025,75	-2,60	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

5.2 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens da DVP considerando as variações mais relevantes do 4º trimestre do exercício de 2025 em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Nota 8 - Resultado Patrimonial do Período

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's). No 4º trimestre de 2025 a UFPI apresentou um resultado patrimonial com decréscimo de R\$ -14,563 milhões em razão de uma maior expressividade das VPD's, com destaque para a conta de “pessoal e encargos” que representou 54,38% de sua composição(TABELA 15). O resultado patrimonial de 2025 apresentou crescimento de 42,45% em relação ao 4º trimestre de 2024, conforme a Tabela 13, influenciado sobretudo pelo aumento das “Transferências e Delegações Recebidas”.

Tabela 13 - Resultado Patrimonial do Período

Demonstração das Variações Patrimoniais	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.223.999.181,00	1.056.223.668,00	15,88	-8404,37
Variações Patrimoniais diminutivas	1.238.563.016,00	1.081.529.861,00	14,52	-8504,37
Resultado Patrimonial Do Período	-14.563.835,00	-25.306.193,00	42,45	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 09 - Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPA's são reconhecidas quando for provável que ocorrerão benefícios econômicos ou potencial de serviços para o Órgão e quando os mesmos puderem ser mensurados com confiabilidade, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A conta que apresentou maior expressividade nas VPA's foi "Transferências e Delegações Recebidas" que representou 96,04% do total no 4º trimestre de 2025, conforme demonstrado na Tabela 14. Em comparação ao mesmo período de 2024, sua variação foi positiva em 15,88%. Esses valores compreendem as transferências financeiras recebidas do MEC para o pagamento de despesas decorrentes da execução orçamentária do órgão.

Ademais, compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes à estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TED's. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta Limite de Saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

Tabela 14 -Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Demonstração das Variações Patrimoniais	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.965.323,85	5.162.785,46	34,91	0,57
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.280,79	13.760,29	-61,62	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.175.534.295,00	1.015.148.005,00	15,80	96,04
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	39.801.477,78	34.176.250,65	16,46	3,25
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.692.804,31	1.722.866,58	-1,74	0,14
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.223.999.181,73	1.056.223.667,98	15,88	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 10 - Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potencial de serviços para o Órgão, implicando na saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A tabela 15 apresenta a composição das VPD's que tiveram uma variação positiva de 14,52% no 4ª trimestre de 2025 se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 15 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Demonstração das Variações Patrimoniais	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV(%)
Pessoal e Encargos	673.569.990,10	582.342.431,00	15,67	54,38
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	273.162.527,20	240.373.282,20	13,64	22,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	165.610.581,50	147.150.314,30	12,55	13,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.362,23	8.769,76	-27,45	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	16.221.593,76	18.619.695,89	-12,88	1,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	74.910.731,87	60.709.300,46	23,39	6,05
Tributárias	3.035.509,21	2.884.512,28	5,23	0,25
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	32.045.720,42	29.441.555,64	8,85	2,59
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.238.563.016,29	1.081.529.861,53	14,52	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nas VPD's, o grupo de "Pessoal e Encargos" representou, no 4º trimestre de 2025, o equivalente a 54,38%, totalizando R\$673,569 milhões, conforme tabela 15. Estes valores abrangem as despesas de pessoal ativo civil relativas aos vencimentos e demais benefícios estabelecidos em lei dos técnicos administrativos em educação e docentes vinculados à

Universidade, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança.

As VPD's do grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais representam 22,05% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2025. Nesse grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo.

5.3 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, e apresenta os quadros de execução dos restos a pagar. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Orçamentário (BO) considerando as variações mais relevantes do 4º trimestre de 2025 em relação ao 4º trimestre do exercício anterior.

□ Nota 11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é calculado com base na diferença entre as receitas e as despesas orçamentárias e permite verificar se os recursos disponíveis foram suficientes para cobrir as despesas previstas.

As colunas Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Dotação Inicial e Dotação Atualizada, correspondem aos valores que foram previstos ou fixados nas leis orçamentárias.

Já as Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas e Despesas Pagas, correspondem à execução orçamentária. De acordo com a tabela 16, as receitas arrecadadas atingiram o montante de R\$7,541 milhões no 4º trimestre de 2025, enquanto as despesas empenhadas totalizaram R\$1,183 bilhão, o que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$1,175 bilhão. Essa disparidade pode ser justificada em razão de que tanto a Previsão Atualizada como as Receitas Arrecadadas contêm os valores correspondentes apenas às receitas próprias arrecadadas pela UFPI, não se computando os créditos orçamentários recebidos relacionados à execução do orçamento. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e verificar as movimentação financeiras (transferências financeiras recebidas e concedidas) que estão relacionadas à execução do orçamento no exercício.

Tabela 16 - Balanço Orçamentário

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
RECEITAS	5.607.113,00	5.607.113,00	7.541.970,24	1.934.857,24		
DÉFICIT			1.175.892.135,35	1.175.892.135,35		
Total	5.607.113,00	5.607.113,00	1.183.434.105,59	1.177.826.992,59		
DESPESAS	Previsão Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da dotação
Total	975.950.144,00	1.113.827.946,00	1.183.434.105,59	1.138.257.886,81	1.017.805.961,73	-69.606.159,59

Nota 12 – Receitas Orçamentárias

Segundo o artigo 11 da Lei nº 4.320/64, as receitas orçamentárias são classificadas nas seguintes categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. Em obediência ao art. 35 da Lei nº 4.320/64, as receitas são registradas de acordo com o regime de caixa, ou seja, elas são reconhecidas no momento da sua arrecadação. A análise da tabela 17 evidencia uma predominância do grupo de receitas correntes.

Tabela 17- Receitas Arrecadadas por Categorias Econômica

Categorias Orçamentárias	Previsão/Fixação Inicial	Previsão/Fixação Atualizada	Receitas Realizadas	Real Exec(%)
Receitas Correntes	5.607.113,00	5.607.113,00	7.541.970,24	134,51
Receitas de Capital				
Total	5.607.113,00	5.607.113,00	7.541.970,24	134,51

Fonte: SIAFI 2025

Nota 13 – Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias classificam-se por categoria econômica em: despesas correntes e de capital. A tabela 18 demonstra a execução da despesa na UFPI por grupo de despesa. No encerramento do 4º trimestre de 2025 pode-se destacar as seguintes situações da execução orçamentária:

- O valor empenhado de despesas correntes totalizou R\$1,170 bilhão, representando 98,87% da dotação recebida atualizada em 2025. O valor empenhado é maior do que a dotação devido aos Termos de Execução Descentralizados (TEDs) e Emendas Parlamentares repassados à Universidade para execução de despesas públicas conforme consta nos Planos de Trabalhos.
- O grupo de Despesa “pessoal e encargos sociais” evidencia que a execução das despesas com pessoal ativo e inativo e seus encargos sociais foi de 99,49% da dotação atualizada. Vale ressaltar que esse percentual é alterado ao considerarmos os auxílios e benefícios da folha de pagamento classificados no grupo outras despesas correntes.
- O grupo “Outras Despesas Correntes” apresenta o percentual de execução de 135,96% e se deve em razão do recebimento de descentralizações externas de orçamentos de outros órgãos para serem executados na UFPI, além de orçamentos provenientes de emendas parlamentares.

Tabela 18 - Despesas por Categoria Econômica

Despesas Orçamentárias	Dez/2025				Dez/2024				AH (dot)	AH Empenho
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução	% AV	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução (DespEmp/Dot Atual)	%AV(Des pEmp)		
Despesas Correntes	1.108.153.401,00	1.170.060.657,95	105,59	98,87	947.428.483,00	561.135.962,21	59,23	99,81	16,96	108,52
Pessoal e Encargos Sociais	922.915.656,00	918.209.168,57	99,49	77,59	780.888.364,00	419.889.403,05	53,77	74,68	18,19	118,68
Outras Despesas Correntes	185.237.745,00	251.851.489,38	135,96	21,28	166.540.119,00	141.246.559,16	84,81	25,12	11,23	78,31
Despesas de Capital	5.674.545,00	13.373.447,64	235,67	1,13	4.200.001,00	1.080.853,14	25,73	0,19	35,11	1.137,30
Investimentos	5.674.545,00	13.373.447,64	235,67	1,13	4.200.001,00	1.080.853,14	25,73	0,19	35,11	1.137,30
Total	1.113.827.946,00	1.183.434.105,59	341,26	100,00	951.628.484,00	562.216.815,35	59,08	100,00	17,04	110,49

Fonte: SIAFI 2025, 2024

□ Nota 14 - Restos a Pagar

Os restos a pagar dividem-se em: processados e não processados. Conforme art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referem-se às despesas que embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas até 31 dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços, como também da aferição ou entrega de obras no exercício.

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se a execução dos RPNP apresentada no quadro anexo do Balanço Orçamentário, que abrange a execução nos órgãos e unidades vinculadas a esta IES com o orçamento consignado na LOA, computando-se também os créditos orçamentários recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais.

A inscrição dos empenhos nesta rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício corrente (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos inscritos em exercícios anteriores (reinscrição). Esses valores inscritos e reinscritos vão se reduzindo na medida em que as liquidações são realizadas.

Destaca-se que a manutenção de saldos na conta de restos a pagar não processados tem que estar de acordo com o que é previsto no Decreto nº 93.872 de dezembro de 1986 e atualizações. Segundo o Decreto nº 7.654 de 2011 a inscrição das despesas em restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesa.

O Decreto nº 9.428 de 28 de junho de 2018, dispõe no § 2º que os restos a pagar inscritos na condição de restos a pagar não processados e que não forem liquidados, serão bloqueados pela STN em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e serão mantidos os respectivos saldos em conta contábil específica no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

O cancelamento das despesas inscritas em restos a pagar não processados que não forem desbloqueadas até 31 de dezembro do exercício que ocorreu o bloqueio, serão canceladas em 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio. A tabela 19 apresenta os valores de restos a pagar inscritos e reinscritos nos exercícios de 2025 e 2024.

Tabela 19 – Restos a Pagar não Processados - inscritos e reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	Dez/2025	Dez/2024	(%) Evolução	AV (%)
RPNP Inscritos	39.098.696,72	44.091.933,12	-11,32	90,56
RPNP Reinscritos	4.074.724,83	4.487.940,53	-9,21	9,44
Total	43.173.421,55	48.579.873,65	-11,13	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Na análise da tabela 19, é possível verificar que o valor total dos restos a pagar, no âmbito da UFPI, inscritos e reinscritos em exercícios anteriores, teve uma redução de 11,13% em 2025 quando comparado ao exercício anterior. Este resultado tem influência dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos no exercício de 2025 que totalizaram 90,56% e tiveram um decréscimo de 11,32% em relação ao quarto trimestre de 2024. No que se refere aos RPNP reinscritos observa-se um decréscimo de 9,21% nas reinscrições.

A tabela 20 fornece uma análise mais detalhada sobre a execução dos restos a pagar não processados dos grupos “outras despesas correntes” e “investimentos”.

Tabela 20 – Execução dos RPNP inscritos e reinscritos por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Dez/2025						
	RPNP empenhos reinscritos	RPNP empenhos inscritos	RPNP Cancelados	RPNP liquidados	RPNP - pagos	Execução (%)	AV Execução (%)
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.797.213,24	37.053.978,69	1.456.496,77	36.105.802,66	36.088.540,34	91,95	94,81
Investimentos	277.511,59	2.044.718,03	2.103,90	1.976.192,23	1.976.192,23	85,19	5,19
Total	4.074.724,83	39.098.696,72	1.458.600,67	38.081.994,89	38.064.732,57	91,59	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

É possível verificar, na tabela 20, que os valores inscritos no grupo “Outras Despesas Correntes” são superiores aos do grupo de “Investimentos”. Vale ressaltar que a predominância desse grupo não se dá apenas nas inscrições, mas também nas outras fases da execução dos restos a pagar, o que pode se justificar em razão do orçamento da instituição estar concentrado, majoritariamente, nesse grupo de despesa.

A tabela 20 demonstra que ao final do 4º trimestre de 2025 cerca de 91,59% dos RPNP inscritos e reinscritos haviam sido executados, sendo que a análise vertical indica que o grupo "Outras Despesas Correntes", foi o grupo de despesa com maior montante de execução (94,81%).

6.4 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Financeiro considerando as variações mais relevantes do exercício de 2025 em relação ao saldo final do exercício anterior.

Nota 15 - Ingressos

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A tabela 21 apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no 4º trimestre de 2025. Verifica-se que as receitas orçamentárias totalizaram R\$7,500 milhões. Contudo, é importante observar que esse montante representa apenas 0,53% do total dos ingressos do Balanço Financeiro. A maior parcela destes ingressos é proveniente de Transferências Financeiras Recebidas, alcançando expressivos 82,14%.

Tabela 21 – Total Ingressos

Ingressos	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Receitas Orçamentárias	7.541.970,24	5.572.236,62	35,35	0,53
Transferências Financeiras Recebidas	1.165.916.787,90	1.015.074.119,30	14,86	82,14
Recebimentos Extraorçamentários	175.534.579,22	128.849.304,59	36,23	12,37
Saldo do Exercício Anterior	70.480.721,93	73.906.140,40	-4,63	4,97
Total	1.419.474.059,29	1.223.401.800,91	16,03	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 16 – Recebimentos Extraorçamentários

Nos Recebimentos Extraorçamentários são evidenciados a Inscrição de Restos a Pagar processados e não processados do exercício, os depósitos restituíveis e valores vinculados a outros recebimentos Extraorçamentários. As inscrições em Restos a Pagar Processados (68,62%) e não processados (25,74%) representam a maior parcela dos recebimentos extraorçamentários no 4º trimestre de 2025 totalizando 94,36%, conforme análise da tabela 22.

Tabela 22 – Recebimentos Extraorçamentários

	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Inscrição de Restos a Pagar Processados	120.451.925,08	87.850.387,86	37,11	68,62
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	45.176.218,78	39.098.696,72	15,54	25,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.790.375,41	584.624,65	1.403,59	5,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.116.059,95	1.315.595,36	-15,17	0,64
Recebimentos Extraorçamentários	175.534.579,22	128.849.304,59	36,23	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 17 - Dispêndios

Do total dos dispêndios registrados no Balanço Financeiro, o item de maior representatividade está relacionado às Despesas Orçamentárias, que representam 83,37% conforme a tabela 23. Quando da análise horizontal este dispêndio teve um acréscimo de 16,03% no 4º trimestre de 2025 em relação ao 4º trimestre de 2024, o que evidenciou uma maior execução do orçamento.

Tabela 23 – Total dos Dispêndios

Dispêndios	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Despesas Orçamentárias	1.183.434.105,60	1.010.630.894,60	17,10	83,37
Transferências Financeiras Concedidas	16.107.727,72	18.532.946,63	-13,09	1,13
Pagamentos Extraorçamentários	127.018.332,70	123.757.237,72	2,64	8,95
Saldo para o Exercício Seguinte	92.913.893,27	70.480.721,93	31,83	6,55
Total	1.419.474.059,29	1.223.401.800,88	16,03	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Os Pagamentos Extraorçamentários somaram R\$127.018.332,70 representando 8,95% do total, com variação positiva de 2,64% em relação a dezembro de 2024. Esse comportamento está associado, sobretudo, ao crescimento das retenções e restituições vinculadas à folha de pagamento, bem como a outros ingressos e saídas de natureza extraorçamentária que não afetam diretamente o resultado orçamentário.

As Transferências Financeiras Concedidas alcançaram o montante de R\$16.107.727,72, correspondendo a 1,13% do total dos dispêndios, apresentando redução de 13,09% em relação ao exercício anterior. Essa variação negativa indica diminuição no volume de repasses financeiros concedidos a outros órgãos e entidades, quando comparado ao exercício de 2024.

Tabela 24 – Composição das Despesas Orçamentárias

Despesas orçamentárias	Dez/2025	Dez/2024	AH(%)	AV(%)
Recursos Não Vinculados	918.877.367,99	745.452.859,68	23,26	77,64
Recursos Vinculados	264.556.737,60	265.178.034,92	-0,23	22,36
Educação	887.175,55	24.427.493,07	-96,37	0,07
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.593.942,49	4.384.729,22	50,38	0,56
Previdência Social (RPPS)	244.136.894,06	231.116.060,20	5,63	20,63
Fundos, Órgãos e Programas	12.938.725,50	5.249.752,43	146,46	1,09
Total	1.183.434.105,59	1.010.630.894,60	23,03	100,00

Fonte: SIAFI 2025, 2024

As Despesas Orçamentárias, que representam a maior parcela dos dispêndios evidenciados no Balanço Financeiro, são classificadas de acordo com a origem dos recursos, podendo ser executadas com recursos não vinculados, de livre aplicação pela entidade, ou com recursos vinculados, cuja destinação é definida por legislação ou normativos específicos.

Conforme demonstrado na Tabela 24, no encerramento do 4º trimestre de 2025, as despesas executadas com recursos não vinculados totalizaram R\$ 918.877.367,99, representando 77,64% do total das despesas orçamentárias, e apresentaram crescimento de 23,26% em relação a dezembro de 2024. Esse aumento reflete, principalmente, a ampliação das despesas de custeio e de pessoal, típicas da execução das atividades finalísticas e administrativas da entidade.

As despesas executadas com recursos vinculados totalizaram R\$ 264.556.737,60, correspondendo a 22,36% das despesas orçamentárias, com leve redução de 0,23% em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos com a Previdência Social (RPPS), que alcançaram R\$ 244.136.894,06 (20,63% do total), com variação positiva de 5,63%.

5.5 Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2025 em relação ao exercício anterior.

□ Nota 18 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa- DFC é possível identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa e ainda o saldo de caixa na data da elaboração, classificando-se os fluxos em: Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos.

O fluxo das atividades operacionais representa as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão, geradas com o intuito de atingir o objeto social da entidade, podendo ser considerado a principal atividade geradora de caixa.

Conforme demonstrado na Tabela 25, no encerramento do 4º trimestre de 2025, os ingressos das atividades operacionais totalizaram R\$ 1.183.365.193,49, representando um crescimento de 15,73% em relação a dezembro de 2024, quando somaram R\$ 1.022.546.575,90. Esse aumento decorre, principalmente, da elevação dos outros ingressos operacionais, que corresponderam a 99,36% do total dos ingressos, refletindo a dinâmica

da execução orçamentária e financeira no período.

Os desembolsos das atividades operacionais totalizaram R\$ 3.356.798,20, apresentando redução de 59,75% em relação a dezembro de 2024. Essa diminuição está relacionada, sobretudo, à redução dos pagamentos classificados na função Administração, que representaram 96,61% dos desembolsos operacionais no período.

Em decorrência desse comportamento, o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais foi positivo, atingindo R\$ 1.180.008.395,29 no 4º trimestre de 2025, o que representa um aumento de 16,35% em comparação ao saldo apurado em dezembro de 2024, evidenciando a capacidade de geração de caixa operacional da entidade ao final do exercício.

Tabela 25- Atividades Operacionais - Composição dos Ingressos e Desembolsos

	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV (%)
INGRESSOS	1.183.365.193,49	1.022.546.575,90	15,73	100,00
Receita Patrimonial	261.586,65	273.486,00	-4,35	0,02
Receita de Serviços	6.608.814,89	4.882.402,93	35,36	0,56
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,01	-100,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	671.568,70	416.347,68	61,30	0,06
Outros Ingressos Operacionais	1.175.823.223,25	1.016.974.339,28	15,62	99,36
DESEMBOLSOS	-3.356.798,20	-8.340.802,20	-59,75	100,00
Administração	-3.242.932,16	-8.250.000,00	-60,69	96,61
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	-52,94	-100,00	0,00
Outras Transferências Concedidas	-113.866,04	-90.749,26	25,47	3,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.180.008.395,29	1.014.205.773,70	16,35	-35.152,80

Fonte: SIAFI 2025, 2024

Nota 19 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

A UFPI não utiliza essas atividades para o desenvolvimento de suas ações. Neste sentido, contempla como fontes de receitas apenas a arrecadação de Receitas Próprias e as Transferências Financeiras Recebidas do MEC e/ou de outros órgãos decorrentes de Termos de Execução Descentralizada – TED.